

Divulgação dos dados dos consumidores varejistas

Março de 2024



11 A 15 DE MARÇO

RELATÓRIO SEMANAL

As informações contidas nessa publicação são produzidas com **exclusividade para o nosso associado**

Valorize o seu conteúdo!

Evite a distribuição indevida ao público externo.

SUMÁRIO

CLIQUE NO NÚMERO DA PÁGINA PARA SER REDIRECIONADO À SEÇÃO!

3

Conselho de Administração define posicionamento da Abraceel na CP sobre governança da CCEE

6

Grupo Técnico sugere “solução intermediária” na divulgação de dados dos consumidores varejistas

8

No Agenda Setorial, mercado discute ações prioritárias para 2024

11

Monitoramento: Período Sombra

12

Abraceel na Mídia

14

Curtas

18

E o Congresso?

20

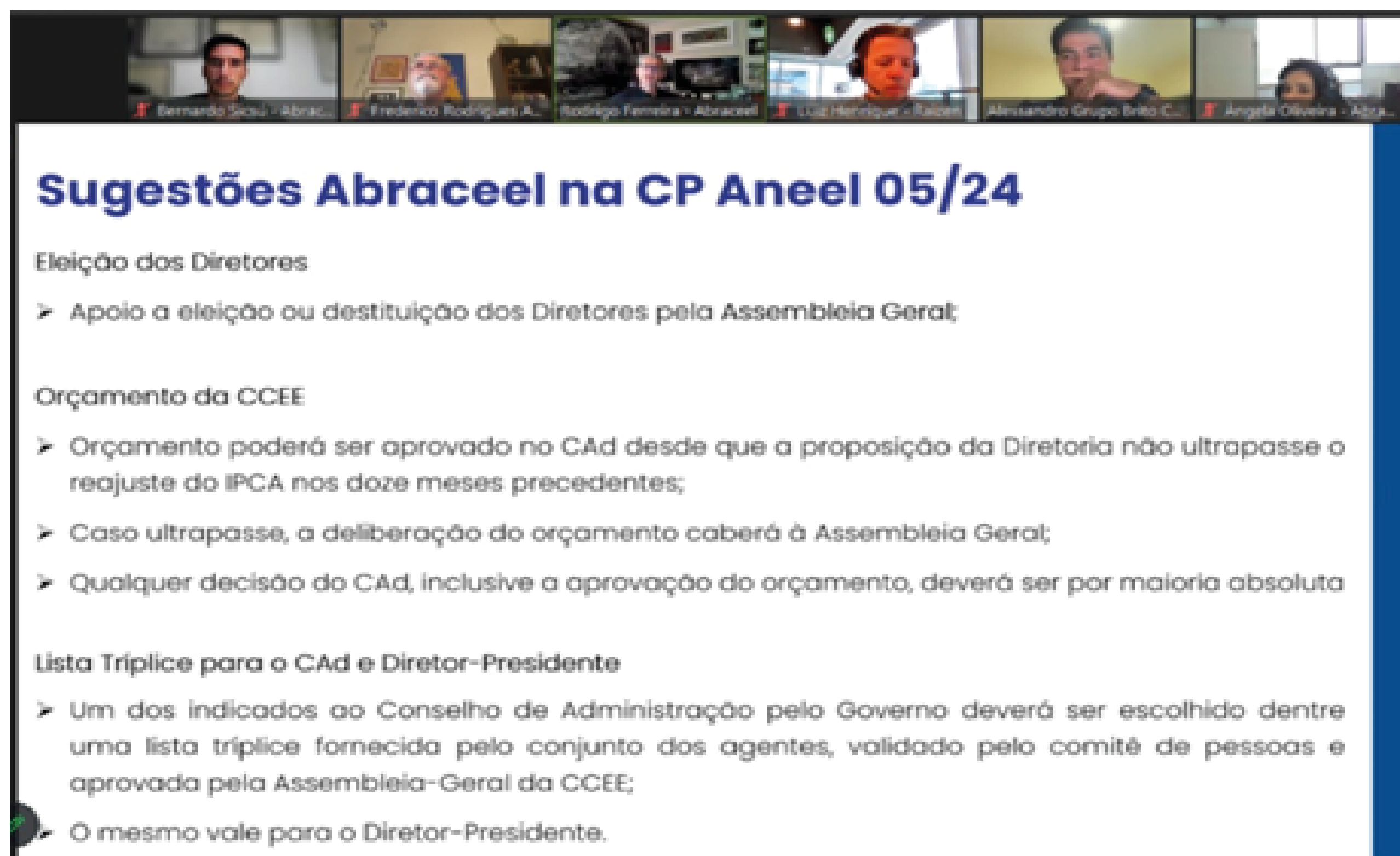
Próxima Semana

Conselho de Administração define posicionamento da Abraceel na CP sobre governança da CCEE

Matéria em 1 minuto:

- Conselheiros aprovaram de forma unânime as propostas apresentadas pela Diretoria Executiva, que analisou documentos constantes na Consulta Pública 05/2024;
- Por recomendação do Conselho, Abraceel buscará fazer contribuição conjunta com demais associações do setor elétrico por meio do Fase;
- Versão final da contribuição da Abraceel será disponibilizada no site da Associação no dia 18.03, prazo para envio das propostas à Aneel;

O Conselho de Administração da Abraceel discutiu, no dia 11.03, em reunião aberta à participação das associadas, o posicionamento que a Associação deverá ter na Consulta Pública 05/2024 da Aneel, que versa sobre a revisão da Convenção de Comercialização decorrente das alterações estabelecidas no Decreto 11.835/2023, que modificou a governança da CCEE. Participaram aproximadamente 70 pessoas.



Sugestões Abraceel na CP Aneel 05/24

Eleição dos Diretores

- Apoio a eleição ou destituição dos Diretores pela Assembleia Geral;

Orçamento da CCEE

- Orçamento poderá ser aprovado no CAd desde que a proposição da Diretoria não ultrapasse o reajuste do IPCA nos doze meses precedentes;
- Caso ultrapasse, a deliberação do orçamento caberá à Assembleia Geral;
- Qualquer decisão do CAd, inclusive a aprovação do orçamento, deverá ser por maioria absoluta

Lista Triplíce para o CAd e Diretor-Presidente

- Um dos indicados ao Conselho de Administração pelo Governo deverá ser escolhido dentre uma lista triplíce fornecida pelo conjunto dos agentes, validado pelo comitê de pessoas e aprovada pela Assembleia-Geral da CCEE;
- O mesmo vale para o Diretor-Presidente.

Na reunião, Rodrigo Ferreira apresentou as sugestões da Abraceel, elaboradas após reunião do Grupo Técnico da Associação realizada no dia 4 de março, para deliberação do Conselho. De forma unânime, o CAd aprovou os pontos de contribuição da Abraceel à CP Aneel 05/24, os quais foram detalhados na edição anterior do [Relatório Semanal](#), entre os quais:

- Proposta para que o orçamento da CCEE seja aprovado pelo Conselho de Administração (CAd) da Câmara desde que a proposição de sua Diretoria Executiva não ultrapasse o reajuste do IPCA nos doze meses precedentes e, caso o valor ultrapasse o indicador de inflação, a deliberação do orçamento passaria a ser de responsabilidade da Assembleia Geral;
- Proposta para que um dos indicados ao CAd da CCEE pelo governo federal seja escolhido entre uma lista tríplice fornecida pelo conjunto dos agentes, validado pelo comitê de pessoas (órgão a ser criado pela CCEE) e aprovado pela Assembleia Geral. A mesma regra é proposta para o cargo de Diretor-Presidente;
- A remuneração de conselheiro não poderá superar 20% do salário de diretor;
- Na hipótese de 30% do CAd ser ocupado por membros da diretoria, uma vaga deverá, no mínimo, ser destinada ao indicado dos agentes, com rotatividade entre as categorias;
- O Diretor-Presidente não poderá ser o Presidente do CAd;
- A regra de cumulatividade de CAd e diretoria valerá apenas para a composição da primeira diretoria;
- Quaisquer serviços prestados pela CCEE que tragam riscos financeiros e/ou tenham fins lucrativos devem ser aprovados pela Aneel e pela Assembleia Geral;
- Criação do comitê de pessoas, órgão de função não deliberativa, que tem por objetivo validar a indicação de membros do CAd, diretoria e conselho fiscal;
- Previsão de instituição da Diretoria de Segurança e Monitoramento;

Além disso, após o envio das sugestões pelas associadas via Grupo Técnico, a Abraceel incluiu em sua contribuição que as atividades que forem consideradas como serviços mínimos devem ser definidas nos Procedimentos e Regras de Comercialização pela Aneel.

Adicionalmente será sugerido pela Abraceel que, em caso de superávit na remuneração da CCEE ocasionado pela gestão da CONER e CONCAP, esse seja abatido dos CAFTs previstos para o ano seguinte. Em caso de déficit, tal déficit deve ser apurado e avaliado se haverá a necessidade de compensação no ano seguinte.

Por determinação do Conselho, a Abraceel buscará convergência com as instituições integrantes do Fórum das Associações do Setor Elétrico (Fase) para que as principais sugestões sejam entregues à Aneel de forma conjunta.

A versão final da contribuição da Abraceel será compartilhada com todas as associadas e disponibilizada no site da Associação no dia 18.03, quando se encerra o prazo para envio do documento à agência reguladora.

A apresentação realizada na reunião pode ser lida na [área restrita](#) do site da Abraceel, aba de “Apresentações Exclusivas”.

Grupo Técnico sugere “solução intermediária” na divulgação de dados dos consumidores varejistas

Matéria em 1 minuto:

- Associadas convergiram por solicitar que informações que permitam a identificação dos consumidores varejistas sejam ocultadas, a fim de se evitar práticas predatórias no mercado, mas com garantia que dados de mercado permaneçam disponíveis para análise;
- Participantes da reunião reconheceram que as regras vigentes não são claras, mas os dados apresentados são “valiosos”;
- Conselho de Administração discutirá o tema e a minuta de carta com alterações sugeridas pelo GT.

No dia 11.03, o Grupo Técnico da Abraceel se reuniu para discutir a divulgação da representação dos consumidores varejistas, o que ocorre pela plataforma InfoMercado, da CCEE. Participaram pouco mais de 100 pessoas.



Rodrigo Ferreira iniciou a discussão mencionando que a minuta de carta a ser enviada à CCEE que circulou no GT recebeu manifestações contraditórias. O documento sugeria a não divulgação dos dados comerciais de consumidores varejistas sem o expresso consentimento desses, em linha com a defesa da Abraceel pela instituição do conceito de Open Energy. Dessa forma, o objetivo da reunião foi buscar sugestões e posicionamentos a respeito do caminho a ser adotado pela Abraceel.

Rodrigo especificou argumentos prós e contras à proposta produzida pela Diretoria Executiva. O aumento da concorrência e a possibilidade de monitoramento de abusos de mercado foram listados entre os pontos favoráveis à divulgação das informações como é feita pela CCEE. Entre os pontos desfavoráveis, foram apontados o conflito com o conceito de Open Energy, o risco de judicialização por não haver normativa que permita tal divulgação e a possível oportunidade para práticas predatórias de mercado.

A Diretoria Executiva da Abraceel sugeriu quatro alternativas: i) solicitar a retirada de informações individualizadas, mantendo apenas dados agregados por varejista, ii) solicitar a edição das informações, retirando aquelas de cunho comercial de contraparte, consumo e demanda, iii) mantidas as informações individualizadas, solicitar que sejam divulgadas também, por isonomia, dados de consumidores cativos elegíveis e iv) manter a forma atual de divulgação.

Na discussão, representantes das associadas argumentaram que as diretrizes atuais não são claras sobre o que a CCEE pode ou não divulgar, defendendo a divulgação desses dados, pois assim é possível realizar diversas análises, entre as quais de inteligência de mercado, algo considerado “valioso” pelos participantes. Dessa forma, suprimir essas informações tenderia a obscurecer a visão sobre o mercado varejista.

Por outro lado, outros associados se mostraram favoráveis ao envio da carta devido às possíveis práticas predatórias que podem vir a ser praticadas. De forma geral, houve convergência sobre prejuízos à concorrência que a divulgação de dados comerciais individuais poderia provocar no mercado. Assim, o GT convergiu na linha da opção ii, mas com sugestão de edição das informações para remover dados que permitam a identificação dos consumidores, em especial a razão social e o CNPJ, mantendo informações de consumo e demanda.

Uma associada explicou que os dados em questão já estão disponíveis há algum tempo e mencionou a segunda fase da CP 28 da Aneel como uma oportunidade para abordar essas questões. Além disso, expressou preocupações com a minuta da carta, sugerindo que essa deva ser propositiva para evitar repercussões negativas aos dados do atacado.

O tema será discutido na próxima reunião do Conselho de Administração da Abraceel. A apresentação da reunião pode ser lida na [área restrita](#) do site da Associação, aba de “Apresentações Exclusivas”.

No Agenda Setorial, mercado discute ações prioritárias para 2024 varejistas

Matéria em 1 minuto:

- Assuntos indicados como prioritários pela governança setorial mostraram sintonia com a agenda da Abraceel para avançar rumo à abertura integral do mercado;
- Destaques incluíram agenda regulatória, mudanças climáticas, desafios para a expansão do mercado livre e adoção de tecnologias emergentes;
- Abraceel foi copromotora do evento e participou de painéis, nos quais abordou os avanços recentes da regulação e destacou a simplificação como fundamental para a comercialização varejista.

O Agenda Setorial 2024, evento do CanalEnergia, foi realizado no dia 13.03 no Rio de Janeiro e promoveu debates sobre os principais temas do mercado de energia elétrica, todos bastante alinhados às metas definidas no Planejamento Estratégico da Abraceel. Assim como em 2023, a Associação foi copromotora do evento e auxiliou na definição dos assuntos abordados.

Rodrigo Ferreira, no painel inaugural, enfatizou a simplificação da migração e aprimoramento do agente varejista, além de frisar a importância e iniciativas para fomentar a concorrência isonômica no mercado e avançar na abertura do Grupo B. Ele destacou a necessidade de preparar o mercado para um cenário de maior empoderamento do consumidor.



Em painel composto também por Talita Porto (CCEE), Luiz Ciocchi (ONS), Ricardo Tili (Aneel), Mário Menel (Fase) e Thiago Prado (EPE), o Presidente-Executivo da Abraceel também abordou a necessidade de aperfeiçoar a fiscalização e segurança do mercado, além de buscar o reequilíbrio na governança da CCEE em discussões com a Aneel e o MME. Quanto à formação de preços, ele ressaltou questões como as discussões sobre os limites do PLD e a transferência dos modelos do Cepel para o ONS. Por fim, destacou que é preciso combater subsídios no setor elétrico e promover um mercado justo.

No último painel, Bernardo Sicsú moderou debate a respeito da agenda da abertura do mercado, com apresentação inicial e questões que trataram de temas como simplificação, contratos legados, padronização e ampliação do acesso ao ambiente competitivo.

O Vice-Presidente de Estratégia e Comunicação da Abraceel lembrou os presentes das melhorias na modalidade de comercialização varejista instituídas por meio da CP 28/2023 da Aneel, como a agregação da medição pela CCEE, a centralização das informações de migração na Câmara, CCERs com prazo indeterminado e suspensão do fornecimento de consumidores inadimplentes.

Na segunda fase da CP, Sicsú ressaltou a necessidade de eliminar exigências de adequação do SMF para a migração, padronizar procedimentos e possibilitar o compartilhamento de dados de consumidores potencialmente livres. Ele enfatizou que esses aprimoramentos pavimentam a abertura completa do mercado, de forma equilibrada e sem subsídios.

Ricardo Tili, diretor da Aneel e relator do processo de aperfeiçoamento do varejista, apontou que o processo de migração, a assimetria de informação e a fase de denúncia do contrato eram gargalos. Na próxima fase da consulta pública, Tili informou que pretende trabalhar pela simplificação, padronização e simetria de informações, além de ressaltar a importância do processo de fiscalização para entender possíveis abusos de poder de mercado.

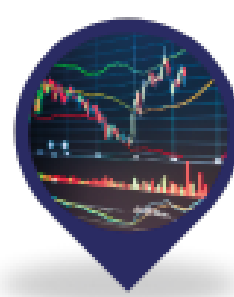
Marco Delgado, conselheiro da CCEE, mencionou que a organização lidou sem problemas com o alto volume de migrações em 2024, priorizando melhorias sistêmicas e agilidade no processo. A Câmara busca simplificar o processo para o varejista e já encaminhou as propostas de regras e procedimentos à Aneel, que agora aguarda instrução da área técnica para discussão da abertura da 2ª fase da CP 28/2023 na diretoria colegiada.

As apresentações realizadas pela Abraceel estão disponíveis na área do associado.

Workshop PSR aborda perspectivas da transição energética e mudanças climáticas

O Workshop PSR de 2024, que ocorreu no dia 12 de março, abordou uma gama diversificada de temas cruciais para o setor elétrico. Mário Veiga, fundador e diretor de inovação da PSR, iniciou o evento delineando as aspirações do Brasil em relação ao clima, destacando ações de descarbonização e os desafios que afetam o setor, o que inclui pensar caminhos para uma transição energética incluindo mitigação, adaptação e ambição pragmática, ressaltando a importância de ajustes nos modelos matemáticos e nos critérios energéticos.

No evento, a PSR apresentou um estudo sobre o impacto das mudanças climáticas nas vazões do SIN, destacando implicações no planejamento da expansão do sistema e na avaliação econômico-financeira de ativos. O evento também discutiu temas relevantes como a abertura do mercado, renovação das concessões e formação de preços.



PERÍODO SOMBRA

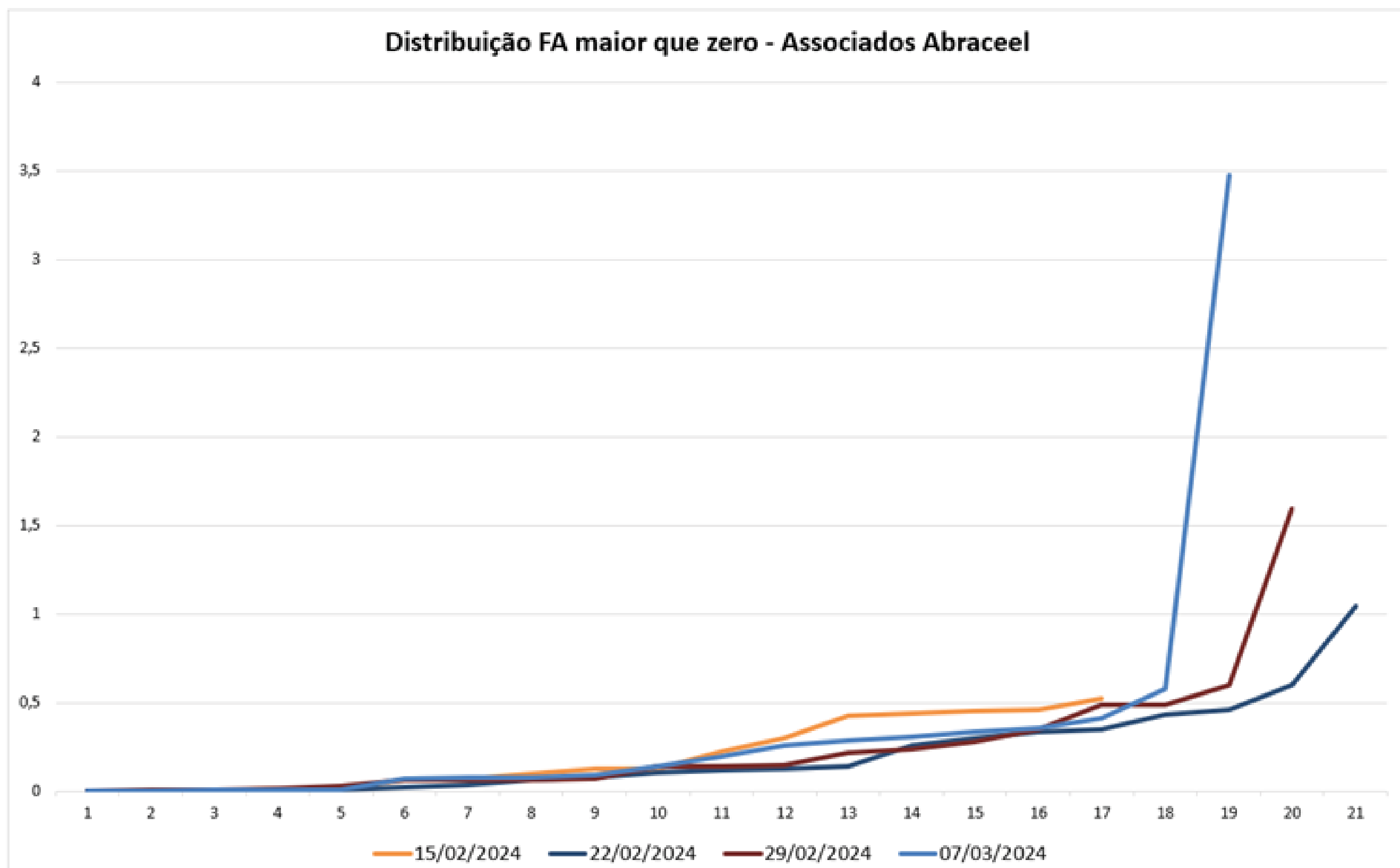
MONITORAMENTO DE MERCADO

Indicadores para acompanhamento do período sombra de monitoramento

Nível de Participação	07.03
Associadas Abraceel	99%
Comercializadoras	91%
Autoprodutor	100%
Gerador	95%
Produtor Independente	100%
Consumidor Livre	95%
Consumidor Especial	96%

Associadas Abraceel	07.03
Não Enviaram	1%
PL negativo	3%
FA zero	78%
FA maior que zero	18%
Média FA (maior que zero)	0,3529
Média FA	0,07
Desvio Padrão	0,36

Comercializadores	07.03
Não Enviaram	9%
PL negativo	5%
FA zero	72%
FA maior que zero	13%
Média FA (maior que zero)	0,5128
Média FA	0,08
Desvio Padrão	0,71



ABRACEEL NA MÍDIA

O mercado livre e as tarifas de energia

Fonte: O Estado de S. Paulo

[Acesse aqui](#)

Sobrecontratação das distribuidoras não necessariamente é um problema, diz Abraceel

Fonte: MegaWhat

[Acesse aqui](#)

Consumidores do Pará economizam no Mercado Livre de Energia e exploram novas oportunidades em 2024

Fonte: O Liberal

[Acesse aqui](#)

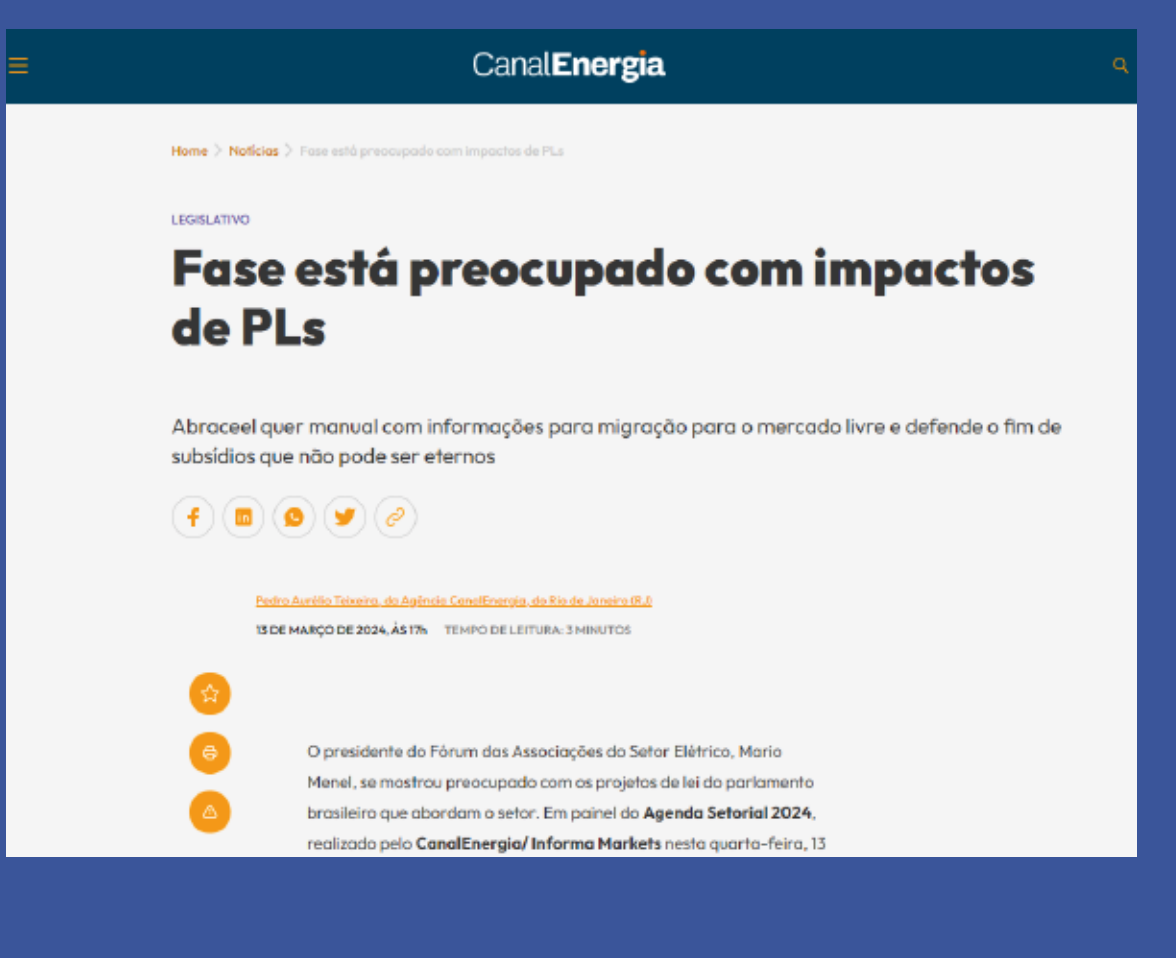
Mercado livre de energia tem economia de R\$ 48 bilhões em 2023

Fonte: Canal Energia

[Acesse aqui](#)



ABRACEEL NA MÍDIA



Fase está preocupado com impactos de PLs

Fonte: Canal Energia

[Acesse aqui](#)

ABRACEEL NAS REDES SOCIAIS



CURTAS

Prazos dos CCERs: Aneel orienta que caso apresentado pela Abraceel siga para ouvidoria

Em resposta à carta da Abraceel, a Superintendência de Regulação dos Serviços de Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica (STD) emitiu ofício com esclarecimentos para um caso relatado, no qual um consumidor enfrenta dificuldade para migrar ao mercado livre de energia. O referido consumidor denunciou o contrato de compra de energia regulada (CCER) com a distribuidora com base na antiga regulamentação, mas deseja retificar a data de migração considerando a nova regra vigente para os CCERs, que passou a ter prazo indeterminado a partir da sua renovação. A Aneel solicitou que o caso em discussão seja remetido à ouvidoria da agência reguladora para que seja possível fazer análise das questões apresentadas com base nas normas regulatórias atuais.

CCEE posterga prazos operacionais para migração de consumidores

A CCEE decidiu flexibilizar os prazos operacionais para conclusão dos processos de migração de novos consumidores referentes a março de 2024. Assim, os prazos para regularização de cadastro, validação e modelagem de novas unidades consumidoras foram postergados para 20.03. O benefício vale para todos os processos de solicitação de inclusão de cadastro associados à adesão do candidato a agente, bem como inclusão, alteração ou exclusão de cadastro de agentes, ativos e pontos de medição.

STJ determina inclusão da TUST/TUSD na base de cálculo do ICMS

Em decisão unânime, a 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) estabeleceu que as Tarifas de Uso dos Sistemas de Transmissão e Distribuição (TUST/TUSD) devem ser incluídas na base de cálculo do ICMS. O julgamento, guiado pelo voto do relator, ministro Herman Benjamin, que revisou sua posição anterior, ocorreu em consequência dos recursos repetitivos nos casos de processos do RS, MT, TO e SP. De acordo com o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), os entes federativos poderiam enfrentar perda anual de arrecadação da ordem de R\$ 28 bilhões caso a decisão fosse contrária. Agora o foco das discussões se voltará para a modulação dos efeitos dessa decisão, para determinar a partir de qual momento o entendimento será aplicado.

STD responde pleito da Abraceel sobre envio de informações para a elaboração do diagrama unifilar

A Superintendência de Regulação dos Serviços de Transmissão e Distribuição (STD) respondeu carta da Abraceel que endereçava a exigência descabida por parte de algumas distribuidoras do envio de informações para a elaboração do diagrama unifilar como requisito para migração ao ACL, em desacordo com o disposto nos parágrafos 6º e 7º do Artigo 96 da Resolução

Normativa nº 1.000/2021. No texto, a Agência enfatiza a importância do cumprimento das resoluções normativas em vigor e orienta que, em casos de descumprimento por parte das distribuidoras, as ocorrências devem ser detalhadamente relatadas à ouvidoria setorial, incluindo todas as informações necessárias para a identificação das partes envolvidas. O documento está disponível na área do associado.

Aneel estudará permissão para CCEE resolver “casos de menor porte”

No dia 12.03, na reunião de Diretoria da Aneel, foi deliberado pedido de medida cautelar apresentado por um agente para afastar a aplicação da classificação de comercializadora tipo 2 realizada pela CCEE. O agente foi classificado como tipo 2 por não ter apresentado o balanço patrimonial auditado, já que, devido à configuração societária do grupo econômico, a auditoria ainda estava em andamento. Por isso, solicitou que fosse reconhecido o balanço patrimonial então apresentado, validando assim a classificação como tipo 1. Segundo voto do Diretor-Relator, a concepção da classificação é trazer maior segurança ao mercado e restou evidente que o agente não opera de maneira alavancada, por ter como foco atendimento às empresas do próprio grupo econômico. Entretanto, o agente deve apresentar o documento auditado até maio, ou estará sujeito à classificação tipo 2, com os devidos ajustes. Por fim, o Diretor-Geral da Aneel, Sandoval Feitosa, argumentou que a CCEE irá se deparar cada vez mais com casos similares e, nesse sentido, entende que tais demandas não precisariam ser avaliadas pela agência reguladora, podendo ocorrer decisão da própria CCEE. A Câmara, por outro lado, na instrução do processo, argumentou que não tem base regulatória para interpretar a aplicação das normas vigentes. Dessa forma, o colegiado da agência reguladora determinou que a SGM e a SFF apresentem, em até 180 dias, proposta para a Diretoria avaliar as competências da CCEE, de forma que essa possa julgar casos desse porte e dar maior dinamismo ao mercado.

Abraceel e Atmo discutem agenda do mercado de energia

No dia 11.03, a Abraceel reuniu-se com representantes da associada Atmo para discutir a agenda do mercado de energia. Na ocasião, foram abordadas as bandeiras defendidas pela Associação, com foco em abertura de mercado e formação de preços.

Valor Econômico e O Estado de S. Paulo oferecem propostas de divulgação

A Abraceel compartilha com as empresas associadas propostas recebidas do [Valor Econômico](#) e do [O Estado de S. Paulo](#) que destacam oportunidades de patrocínio para conteúdos jornalísticos idealizados pelos jornais. As iniciativas apresentam eventos, cadernos especiais e outros produtos e serviços voltados para atender estratégias de comunicação, reputação e prospecção comercial.



A Abraceel esclarece que não obtém nenhuma vantagem comercial nessas negociações e passará a comunicar tais informações às associadas, incluindo os valores das propostas comerciais, quando disponíveis.



Jota PRO Energia: plataforma concede desconto para associadas da Abraceel

O Jota PRO Energia oferece noticiário e monitoramento das instituições brasileiras personalizado para as áreas de energia elétrica, etanol, gás natural e créditos de carbono. Conteúdos e informações de jornalistas com acesso aos bastidores de Brasília e uma equipe de analistas que buscam antecipar movimentações políticas, legais, regulamentares e jurisprudenciais que afetam os negócios nesse mercado. Associadas da Abraceel podem testar o Jota PRO Energia gratuitamente por 15 dias e contam com desconto exclusivo caso decidam assinar o serviço. Clique [aqui](#) e faça o teste grátis!

JOTAPRO

ONE PAGER

Inteligência política, jurídica e tributária para empresas

Firjan e Abraceel planejam ações para promover mercado livre de energia à indústria

No dia 11.03, a Abraceel se reuniu com a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) para avaliar ações conjuntas para promover o mercado livre de energia ao segmento industrial. O objetivo é esclarecer aspectos referentes

ao funcionamento do ambiente competitivo, destacando benefícios. As duas entidades seguem em procedimentos de planejamento das ações.



CURTAS - Gás Natural

Abraceel seguirá na coordenação adjunta do Fórum do Gás

No dia 13.03 ocorreu a 1ª reunião ordinária do Fórum do Gás de 2024, em que foi realizada a eleição da sua coordenação. Lucien Belmonte da Abividro é o novo coordenador geral e André Passos da Abiquim o subcoordenador. Bernardo Sicsú, Vice-Presidente E&C da Abraceel, permanece na coordenação adjunta do Fórum do Gás para o ano de 2024, ao lado de Adriano Lorenzon da Abrace e Luís Quilici da Aspacer. O Fórum discutiu as sugestões do plano de trabalho para 2024, e foi sugerida a institucionalização do Fórum do Gás, proposta que inclui a criação de um CNPJ, desenvolvimento de um site oficial, entre outras medidas para formalizar e estruturar ainda mais a entidade. Outra sugestão foi a realização de um evento com jornalistas para marcar os três anos da Lei do Gás, buscando ampliar a visibilidade e o entendimento público sobre as questões relacionadas ao setor de gás natural e as políticas de regulação e mercado. Durante a reunião, também foram discutidos os resultados do plano de trabalho de 2023, que incluiu esforços para aumentar e diversificar a oferta de gás, harmonizar e fortalecer a regulação no setor e promover a descarbonização e a transição energética. Para 2024, os macro temas sugeridos abrangem desde o acesso a infraestruturas essenciais até o gas release. A apresentação realizada na reunião pode ser lida na íntegra na área restrita do site da Associação, aba de "[Apresentações Exclusivas](#)".

CURTAS - Eventos e Cursos

Gas Week 2024: Encontro chave do setor de gás natural no Brasil

A agência EPBR organiza a Gas Week 2024, um dos principais eventos sobre gás natural do Brasil, nos dias 15 a 18.04. Com três dias de transmissões ao vivo online e um seminário presencial, no Centro de Convenções Brasil 21, em Brasília, o evento propõe discussões sobre políticas públicas e mercado de gás natural. Contará com a presença de líderes do setor, incluindo Veronica Coelho (Equinor); Patrícia Baran (ANP) e Lino Cançado (Eneva). A Gas Week 2024 abordará temas como reforma tributária, mercado livre de gás e transição energética. Mais informações estão disponíveis [aqui](#).



Comissão de Minas e Energia elege deputado Junior Ferrari (PSD-PA) para a Presidência. PL sobre combustível do futuro é aprovado no Plenário da Câmara dos Deputados e agora a discussão seguirá para os senadores.

Deputado Júnior Ferrari (PSD-PA) é eleito presidente da Comissão de Minas e Energia

(CME) - confirmando expectativas, o deputado comandará a CME durante o ano de 2024. O parlamentar está em seu segundo mandato como deputado federal – anteriormente, foi deputado estadual. No seu [discurso](#), destacou a importância do setor mineral para o PIB brasileiro e frisou a busca por soluções que beneficiem as classes menos favorecidas no que se refere a energia elétrica e combustíveis.



Em conversa com jornalistas, deputado disse que é favorável a abertura do mercado

– Júnior Ferrari ponderou que o processo deve ser feito de forma segura, para não afugentar investimentos, com discussão no Legislativo, em especial na CME, [veja aqui](#). O parlamentar é autor do [PL 240/2019](#), que cria subsídio custeado pela CDE para pagamento de perdas regulatórias em estados menos desenvolvidos, como o Pará. A matéria aguarda deliberação na CME.

Membros da CME pedem discussão sobre renovação das concessões de distribuição

– O deputado Hugo Leal (PSD-RJ) foi eleito 1º Vice-Presidente, enquanto Samuel Viana (Republicanos-MG) foi escolhido como 2º Vice-Presidente e Carlos Veras (PT-PE) para a 3ª Vice-Presidência. Em seu discurso, o deputado Hugo Leal destacou a necessidade de realizar audiências públicas no âmbito da CME sobre o [PL 4831/2023](#), que trata da renovação das concessões das distribuidoras.

Combustível do futuro é aprovado na Câmara

– elencado como uma das prioridades para o ano, o PL 528/2020, que trata do combustível do futuro, foi aprovado pela Câmara dos Deputados. Entre outros pontos, o projeto aumenta o percentual de adição mínima obrigatória de biodiesel ao óleo diesel vendido ao consumidor final, altera a definição de biodiesel e de bioquerosene de aviação e estabelece a definição de diesel verde. Via Fórum do Gás, a Abbraceel assinou carta alertando que um dos pontos de atenção da matéria era relacionado à compra compulsória de percentual de bio-

metano. Tendo inicialmente previsto um prazo até 2034 para alcançar 10% de mistura de biometano no gás natural, o texto final aprovado retira esse prazo, deixando a definição anual da quantidade mínima do gás para o CNPE, até atingir o limite de 10%. O projeto determina que o mandato de biometano entrará em vigor em 1º de janeiro de 2026, com um patamar inicial de 1%, sendo porém a porcentagem flexível, a depender de análise do CNPE. O projeto agora segue para apreciação do Senado Federal, cuja relatoria pode ser concedida ao senador Veneziano Vital do Rego (MDB-PB) ou ao senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO). O senador Veneziano preside a Frente de Energia criada pelo atual Presidente da Petrobras e então senador à época, Jean Paul Prates. [Veja.](#)

Mercado de carbono e licenciamento ambiental também são prioridades - a estratégia política do governo de Lula delineou 48 projetos tidos como fundamentais, visando impulsionar a aprovação de pautas no Congresso Nacional. No setor de energia, os projetos que tratam do combustível do futuro, mercado de carbono e licenciamento ambiental são prioritários. O levantamento foi elaborado pelo Palácio do Planalto após consulta a todos os ministérios, solicitando que cada um apresentasse até quatro propostas. [Veja a lista completa aqui.](#)

Agenda de energia concentrada no Senado – matérias que constituem a agenda verde estão aguardando deliberação por parte dos senadores. Mercado de carbono (PL 182/2024), eólica offshore (PL 5932/2023), hidrogênio verde (PL 2308/2023) e combustível do futuro, aprovado na Câmara na última quarta-feira (13.03), são os projetos que aguardam decisão no Senado. Vale destacar que o Senado tem sido o ambiente mais favorável ao governo em relação à tramitação das matérias, fruto de boa relação entre o presidente da Casa, senador Rodrigo Pacheco, e o Presidente Lula.

Novidades Legislativas – projetos de lei que foram apresentados ao longo da semana:

-[PL 671 de 2024](#): proíbe que as atividades de micro e minigeração distribuída sejam exercidas pelas distribuidoras de energia elétrica ou por suas controladas, coligadas ou controladoras. Caso a empresa não cumpra o determinado na publicação da lei, terá seis meses para adequação

Situação: matéria aguarda despacho na Câmara.

-[PL 315 de 2014](#): criação de mecanismo de comercialização de créditos de energia elétrica provenientes de excedente não compensado por unidade consumidora participante do Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE)

Situação: matéria apensada ao PL 2.830/2022, que aguarda relatório na Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) pelo deputado federal Jorge Braz (Republicanos-RJ). É a primeira comissão das três necessárias para analisar a matéria.

PRÓXIMA SEMANA

18.03 - Segunda-feira: Abraceel participa de reunião do Fase com o escritório TozziniFreire para discutir a alteração do estatuto social da CCEE, às 10h;

Abraceel se reúne com o diretor da Aneel, Ricardo Tili, para discutir propostas para a atualização da Convenção de Comercialização, às 16h.

19.03 - Terça-feira: Abraceel participa do evento de lançamento da Agenda Legislativa da Indústria, às 10h;

Abraceel participa de reunião do Coinfra, às 17h.

20.03 - Quarta-feira: Abraceel se reúne com o Secretário Executivo do MME, Arthur Cerqueira, para discutir a agenda do mercado, às 16h.

21.03 - Quinta-feira: Abraceel participa de Workshop da Comissão Permanente de Análise e Acompanhamento do Mercado de Energia Elétrica – COPAM às 9h30;

Abraceel realiza reunião com a associada Gerdau para discutir aspectos de estudo interno sobre contratos legados, às 14h;

Conselho de Administração da Abraceel se reúne, em reunião aberta a participação dos associados, às 17h.

22.03 - Sexta-feira: Abraceel participa de reunião do Conselho de Carregadores de gás natural, às 14h.